

Política agrícola

O governo Dilma e o agronegócio

Eduardo Daher*

É GRANDE a expectativa em torno do governo Dilma Rousseff. Eleita sob a promessa de dar continuidade à administração petista, a presidente já imprime seu perfil e ritmos próprios à nova equipe ministerial. É provável que Dilma siga fiel às principais políticas públicas do governo Lula, que levaram à retomada do crescimento econômico e à melhor distribuição da renda nacional. Neste sentido, sabe-se que seu governo manterá programas sociais como o Bolsa Família e dará sequência às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como forma de gerar empregos e dotar o País da infraestrutura necessária para seguir avançando.

Pouco se falou, entretanto, nos debates e na propaganda no rádio e na TV, durante o longo período de campanha eleitoral, sobre as propostas dos candidatos à Presidência da República para um dos setores mais importantes da economia brasileira – que contribui com 26% do Produto Interno Bruto (PIB), responsável por 36% das exportações e cerca de 40 milhões de empregos diretos. Trata-se dos segmentos produtivos da agropecuária, ou do complexo do agronegócio, definido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) como “a soma das atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, da produção agropecuária, do processamento, da transformação e da distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final”.

Integrantes da extensa cadeia do agronegócio se reuniram, em agosto de 2010, para discutir um amplo documento que traduzisse, de forma objetiva, a expectativa do setor em relação ao novo governo. Participaram da iniciativa cerca de vinte entidades e associações, representando os

setores da produção rural, da pesquisa, financeiro, das indústrias, de transporte, distribuição, exportação e comércio. O documento Propostas do Agronegócio para o próximo Presidente da República foi aprovado durante o 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, realizado pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), sugerindo uma série de ações, coordenadas pelo Mapa, para que o setor, já atualmente dotado de reconhecido potencial, possa se desenvolver de forma sustentada e se consolidar como o motor do crescimento nos próximos anos.

As metas são ambiciosas, mas perfeitamente factíveis. Propõe-se dobrar, no período de dez anos, a receita gerada pela agricultura e pecuária, alcançando 130 bilhões de dólares. Isso implicaria em ampliar as exportações de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo), com ganhos de 20% de produtividade, em 38%; de carnes (frango, bovina e suína), em 38%; de cana-de-açúcar, de 571 para 1.006 milhões de toneladas, com o aumento da produção de açúcar e etanol; e de papel e celulose, de 22,11 para 30,34 milhões de toneladas.

As propostas econômicas se traduzirão, concretamente, em avanços nas conquistas sociais. Na verdade, o mercado interno já tem sido abastecido, a preços reais decrescentes, conforme destaca documento aprovado no Congresso da Abag, com alimentos, fibras, agroenergia e produtos florestais. Assim, as atividades agropecuárias contribuem, de maneira objetiva, para a redução da fome e da pobreza, sobretudo nas regiões agrícolas do Norte e Nordeste do País e áreas carentes metropolitanas. As exportações, por sua vez, suprem o mundo, garantem o saldo positivo na balança comercial e a te-

nuam os impactos negativos sobre a fome, como ocorreu na crise de 2008 e 2009. Ou seja, a contribuição socioeconômica tem sido a expressiva marca da trajetória do agronegócio brasileiro.

Tornam-se fundamentais e de caráter estratégico, neste sentido, os investimentos em infraestrutura: rodovias, ferrovias, hidrovias, dutovia, plataforma multimodal, portos estratégicos; em pesquisa e desenvolvimento (a proposta é que 2% do valor da produção agropecuária sejam investidos em projetos da área); em defesa agropecuária: por exemplo, harmonizar as regras de uso e alterações de componentes nas formulações e nos produtos de defesa vegetal, com prioridade à análise e aprovação de inovações tecnológicas; dessa forma, confere-se maior agilidade aos órgãos oficiais encarregados – Mapa, Anvisa e Ibama – de analisar e aprovar as tecnologias demandadas pelos agricultores. São inovações vitais para sua competitividade, pois os produtores concorrentes nos países desenvolvidos já dispõem das mais modernas tecnologias.

O conjunto de propostas aprovado no Congresso da Abag e submetido aos então presidentes deve ser visto como contribuição importante do agronegócio ao, agora, governo de Dilma Rousseff. Esse diálogo será mais eficiente e proveitoso quanto mais as lideranças políticas, e a sociedade como um todo, entenderem que o caminho para o desenvolvimento do País, com geração de emprego, renda e a vida melhor que todos almejamos, passa, necessariamente, pelo aumento da competitividade e pela produção sustentável no campo. ■

*Eduardo Daher é diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)